

# estudos e pesquisas

Nº 104 – 23 de fevereiro de 2023

## Balanço das Greves de 2022

## Balanço das Greves de 2022

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos apresenta, neste estudo, um panorama das greves ocorridas no Brasil em 2022, identificando suas principais características.

Os dados analisados foram extraídos do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE), que reúne informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores brasileiros desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 40 mil registros. As informações do SAG-DIEESE são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos e eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

### Principais indicadores das greves

#### Greves e horas paradas

Em 2022, o SAG-DIEESE registrou 1.067 greves, que contabilizaram 54 mil horas paradas. Os trabalhadores do funcionalismo público promoveram mais da metade (54%) dessas mobilizações – o que correspondeu a 70% das horas paradas.

**TABELA 1**  
**Greves e horas paradas Brasil, 2022**

Esferas	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	634	59,4	41.590	76,4
<i>Funcionalismo Público</i>	580	54,4	38.021	69,8
<i>Empresas Estatais</i>	54	5,1	3.569	6,6
Esfera Privada	426	39,9	12.778	23,5
Esfera Pública e Privada <sup>1</sup>	7	0,7	72	0,1
<b>Total</b>	<b>1.067</b>	<b>100,0</b>	<b>54.440</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada

#### Duração

Em 2022, 55% das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Entre as mobilizações que mais se alongaram, 14% duraram mais de 10 dias.

**TABELA 2**  
**Distribuição das greves por duração Brasil, 2022**

Dias de paralisação <sup>1</sup>	nº	%	% acum.
1	584	54,7	54,7
2 a 5	248	23,2	78,0
6 a 10	85	8,0	85,9
11 a 20	65	6,1	92,0
21 a 30	34	3,2	95,2
31 a 40	15	1,4	96,6
41 a 50	10	0,9	97,6
51 a 60	14	1,3	98,9
61 a 70	2	0,2	99,1
71 a 80	3	0,3	99,3
81 a 90	2	0,2	99,5
91 a 100	0	0,0	99,5
Mais de 100	5	0,5	100,0
<b>Total</b>	<b>1.067</b>	<b>100,0</b>	-

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

## Greves de advertência

Greves de advertência são mobilizações que têm como plano o anúncio antecipado de seu tempo de duração. São também conhecidas como “paralisações” e costumam alongar-se em intervalos que vão de algumas horas (atrasos no início da jornada) a alguns dias. Apesar de não abranger a maioria das greves, essa tática caracterizou uma grande proporção (46%) dos movimentos dos trabalhadores em 2022.

**TABELA 3**  
**Tática das greves Brasil, 2022**

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	494	46,3
Tempo indeterminado	551	51,6
Sem informação	22	2,1
<b>Total</b>	<b>1.067</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

## Abrangência

Movimentos que abrangeram categorias profissionais inteiras (53%) foram preponderantes em relação àqueles deflagrados isoladamente (47%) por empresas (privadas ou estatais) ou unidades

(do funcionalismo público) – sendo necessário, porém, não desconsiderar a pouca diferença entre as duas participações e a importância das greves por empresa/unidade.

**TABELA 4**  
**Abrangência das greves Brasil, 2022**

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	567	53,1
Empresa/unidade <sup>(1)</sup>	500	46,9
<b>Total</b>	<b>1.067</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que ocorrem no serviço público e que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

## Caráter das greves

Para cada greve, o conjunto das reivindicações dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com o caráter que apresenta.

Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas de caráter *propositivo*.

As greves denominadas *defensivas* caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, saúde e segurança. Também se posicionam contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo, convenção coletiva ou legislação.

Por fim, aquelas que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves em *protesto*. E ações em apoio a greves de trabalhadores de outra categoria, como greves em *solidariedade*.

Itens de caráter defensivo estiveram presentes na pauta de reivindicações de 81% das greves – sendo que mais da metade (51%) referia-se à denúncia de descumprimento de direitos. Greves com itens contra a degradação de condições vigentes, mesmo não sendo maioria, também tiveram participação importante (46%).

**TABELA 5**  
**Caráter das greves Brasil, 2022**

Caráter	Greves (1.067)	
	nº	%
Propositivas	529	49,6
Defensivas	866	81,2
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	493	46,2
<i>Descumprimento de direitos</i>	547	51,3
Protesto	165	15,5
Solidariedade	1	0,1

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

## Reivindicações

Questões salariais como reajuste (42%) e pagamento do piso (27%) foram as mais frequentes.

Itens relacionados à alimentação (tíquetes, cestas básicas) e ao pagamento de vencimentos em atraso (salários, 13º, férias) vieram em seguida, com a mesma participação (20%).

**TABELA 6**  
**Principais reivindicações das greves Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (1.067)	
	nº	%
Reajuste salarial	446	41,8
Piso salarial	289	27,1
Alimentação	215	20,1
Pagamento de salários / 13º / férias em atraso	209	19,6
Condições de trabalho	168	15,7
PCS – Plano de Cargos e Salários	146	13,7
Melhoria dos serviços públicos	134	12,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

## Formas de resolução dos conflitos

Em 376 registros de greves (35% do total) há informações a respeito dos meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (77%) houve abertura de negociações – diretas ou mediadas; em quase metade (47%) houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário.

**TABELA 7**  
**Formas de resolução dos conflitos Brasil, 2022**

Formas de resolução	Greves (376)	
	nº	%
Negociação	289	76,9
Intervenção/participação da Justiça <sup>1</sup>	178	47,3
<i>Decisão judicial</i>	149	39,6
<i>Acordo judicial</i>	28	7,4
<i>Sem informação</i>	33	8,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro.

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 376 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos.

## Resultados das greves

Em 328 registros de greves (31% do total) há informações a respeito do modo como foram encerradas. Na maioria dos casos (69%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

**TABELA 8**  
**Resultados das greves Brasil, 2022**

Resultado	Greves (328)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	228	69,5
<i>Integral</i>	64	19,5
<i>Parcial</i>	164	50,0
Rejeição das reivindicações	41	12,5
Prosseguimento das negociações	88	26,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 328 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total analisado, dado que uma mesma greve pode conter mais de um resultado

## Greves no funcionalismo público

### Greves e horas paradas

Em 2022, o SAG-DIEESE registrou 580 greves ocorridas nos três níveis da administração pública. Juntas, essas mobilizações contabilizaram 38 mil horas paradas. Os funcionários públicos municipais deflagraram quase três quartos dessas paralisações (74%) – o que, em horas paradas, equivale a uma proporção apenas um pouco menor (71%).

**TABELA 9**  
**Greves e horas paradas no funcionalismo público,**  
**por nível administrativo Brasil, 2022**

Nível administrativo	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Federal	37	6,4	4.593	12,1
Estadual	109	18,8	6.542	17,2
Municipal	430	74,1	26.854	70,6
Multinível	4	0,7	32	0,1
<b>Total</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>	<b>38.021</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

### Duração

Em 2022, pouco mais da metade das greves realizadas pelo funcionalismo público (52%) encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Entre as mobilizações que mais se alongaram, 19% duraram mais de 10 dias.

**TABELA 10**  
**Distribuição das greves no funcionalismo público por duração**  
**Brasil, 2022**

Dias de paralisação <sup>1</sup>	nº	%	% acum.
1	301	51,9	51,9
2 a 5	124	21,4	73,3
6 a 10	46	7,9	81,2
11 a 20	46	7,9	89,1
21 a 30	24	4,1	93,3
31 a 40	12	2,1	95,3
41 a 50	7	1,2	96,6
51 a 60	12	2,1	98,6
61 a 70	1	0,2	98,8
71 a 80	1	0,2	99,0
81 a 90	2	0,3	99,3
91 a 100	0	0,0	99,3
Mais de 100	4	0,7	100,0
<b>Total</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) dias corridos

## Greves de advertência

Mais da metade das mobilizações ocorridas no funcionalismo público foram paralisações de advertência (59%).

**TABELA 11**  
**Tática das greves do funcionalismo público Brasil, 2022**

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	343	59,1
Tempo indeterminado	234	40,3
Sem informação	3	0,5
<b>Total</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

## Abrangência

Movimentos organizados no âmbito da categoria foram preponderantes (87%).

**TABELA 12**  
**Abrangência das greves do funcionalismo público Brasil, 2022**

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	506	87,2
Empresa/unidade <sup>1</sup>	74	12,8
<b>Total</b>	<b>580</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) São consideradas greves por unidade aquelas que afetam, de modo isolado, autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades

## Caráter das greves

Itens de caráter defensivo estiveram presentes na grande maioria das pautas grevistas (79%). Ainda assim, itens propositivos também foram muito frequentes (63%). A maioria das greves, desse modo, combinou reivindicações caracterizadas das duas maneiras.

Na pauta defensiva, os itens classificados como prevenção contra a deterioração de condições vigentes tiveram a mesma participação daqueles classificados como denúncia de descumprimento de direitos (49%).

**TABELA 13**  
**Caráter das greves no funcionalismo público Brasil, 2022**

Caráter	Greves (580)	
	nº	%
Propositivas	364	62,8
Defensivas	459	79,1
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	282	48,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	287	49,5
Protesto	144	24,8
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Reivindicações

Reivindicações relacionadas ao reajuste dos salários (52%) e dos pisos salariais (46%) foram as mais frequentes.

Em seguida, agrupadas em uma faixa de frequência pouco acima dos 20%, vêm as demandas relacionadas aos Planos de Cargos e Salários (23%); à melhoria das condições de trabalho (22%); e

às exigências relacionadas à prestação dos serviços públicos – mais investimentos e administração adequada (22%).

**TABELA 14**  
**Principais reivindicações das greves no funcionalismo público Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (580)	
	nº	%
Reajuste salarial	304	52,4
Piso salarial	267	46,0
PCS – Plano de Cargos e Salários	132	22,8
Condições de trabalho	129	22,2
Melhoria nos serviços públicos	126	21,7
Contratação	82	14,1
Local de trabalho	61	10,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Formas de resolução dos conflitos

Em 184 registros de greves (32% do total) há informações a respeito dos meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (62%) houve abertura de negociações – diretas ou mediadas; em proporção não muito distante (59%) houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário.

**TABELA 15**  
**Formas de resolução dos conflitos nas greves do funcionalismo público Brasil, 2022**

Formas de resolução	Greves (184)	
	nº	%
Negociação	115	62,5
Intervenção/participação da Justiça <sup>1</sup>	109	59,2
<i>Decisão judicial</i>	103	56,0
<i>Acordo judicial</i>	6	3,3
<i>Sem informação</i>	13	7,1

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 184 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

## Resultados das greves

Em 159 registros de greves (27% do total) há informações a respeito do modo como foram encerradas. Na maioria dos casos (56%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

**TABELA 16**  
**Resultados das greves no funcionalismo público Brasil, 2022**

Resultado	Greves (159)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	89	56,0
<i>Integral</i>	16	10,1
<i>Parcial</i>	73	45,9
Rejeição das reivindicações	34	21,4
Prosseguimento das negociações	51	32,1

Fonte: DIEESE -. Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 159 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

## Análises setoriais das greves no funcionalismo público

### Funcionalismo público federal

Em 2022, das 37 greves cadastradas no funcionalismo público federal, 31 foram deflagradas no Poder Executivo.

Na Educação, dez greves envolveram professores e técnico-administrativos em todos os níveis de ensino, do básico ao superior, incluindo também o ensino técnico. Na Segurança, foram registradas duas mobilizações – uma delas promovida pelos policiais federais, outra pelos policiais penais. Uma greve envolveu profissionais do Ministério da Saúde; outra, do Ministério do Trabalho; e uma terceira ainda, auditores fiscais agropecuários, do Ministério da Agricultura.

Três mobilizações envolveram o conjunto do funcionalismo público do Executivo Federal.

Também foram cadastradas quatro mobilizações deflagradas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); três no Tesouro; duas no Banco Central; duas no Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE); uma na Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e outra na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Funcionários do Judiciário Federal, por fim, organizaram seis paralisações de advertência: uma, de abrangência nacional, duas em São Paulo, e outras três em Alagoas, na Bahia e no Mato Grosso.

Grande parte dessas greves (89%) trouxe itens de caráter propositivo em suas pautas (Tabela 17), que estiveram diretamente relacionados à reivindicação por reajuste dos salários (também 89%, na Tabela 18).

**TABELA 17**  
**Caráter das greves do funcionalismo público federal Brasil, 2022**

Caráter	Greves (37)	
	nº	nº
Propositivas	33	89,2
Defensivas	18	48,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	18	48,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	2	5,4
Protesto	15	40,5
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

**TABELA 18**  
**Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (37)	
	nº	%
Reajuste salarial	33	89,2
Contra governo / política econômica / reforma administrativa	15	40,5
Condições de trabalho	8	21,6
Contratação	8	21,6
PCS – Plano de Cargos e Salários	7	18,9
Melhoria nos serviços públicos	7	18,9

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Também são destaques, entre os motivos das mobilizações, os protestos contra o Governo e o Legislativo, especialmente no que se relaciona à condução da política econômica e à Reforma Administrativa (40%).

## Funcionalismo público estadual

Das 109 greves observadas no funcionalismo público estadual, 107 foram deflagradas no Poder Executivo.

Na Educação, 48 foram conduzidas por professores e profissionais técnico-administrativos, do ensino básico ao superior; 20 na Segurança, por policiais civis e policiais penais; e 15 na Saúde,

por profissionais da enfermagem principalmente, mas também por médicos.

Além disso, 24 mobilizações foram organizadas por profissionais de outras secretarias, fundações e institutos (incluem-se aqui, entre outras, cinco greves nos departamentos de trânsito – DETRAN; e quatro na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG), além das mobilizações conduzidas em várias secretarias em conjunto (paralisações gerais foram chamadas no Paraná e em Mato Grosso).

Funcionários dos Tribunais de Justiça paralisaram suas atividades duas vezes, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul.

A maioria das greves do funcionalismo público estadual trouxe em suas pautas, de forma combinada, tanto reivindicações de caráter propositivo (80%) quanto reivindicações de caráter defensivo (74%).

Nas pautas defensivas, predominam as mobilizações contra a deterioração das condições de trabalho vigentes (61%).

**TABELA 19**  
**Caráter das greves no funcionalismo público estadual Brasil, 2022**

Caráter	Greves (109)	
	nº	%
Propositivas	87	79,8
Defensivas	81	74,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	67	61,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	26	23,9
Protesto	34	31,2
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

O reajuste dos salários esteve presente em quase dois terços das greves dos funcionários públicos estaduais (61%). Itens relacionados às condições de trabalho (31%) ocuparam quase um terço da pauta.

**TABELA 20**  
**Principais reivindicações das greves no funcionalismo público estadual Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (109)	
	nº	%
Reajuste salarial	66	60,6
Condições de trabalho	34	31,2
Melhoria nos serviços públicos	27	24,8
Contratação	26	23,9
PCS – Plano de Cargos e Salários	24	22,0
Piso salarial	24	22,0
Contra governo / reforma da Previdência	17	15,6

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Funcionalismo público municipal

Das 430 greves registradas entre os funcionários públicos municipais, 286 foram deflagradas por professores e técnico-administrativos, na educação infantil e no ensino fundamental; 51 na Saúde, principalmente por profissionais de enfermagem; duas greves em fundações e institutos; e outras duas por guardas civis.

Profissionais de outras secretarias e, em especial, de mais de uma secretaria ou de todo o Executivo municipal promoveram 89 mobilizações.

Destaca-se, na pauta do funcionalismo público municipal, seu expressivo caráter defensivo (83%).

**TABELA 21**  
**Caráter das greves no funcionalismo público municipal Brasil, 2022**

Caráter	Greves (430)	
	nº	%
Propositivas	242	56,3
Defensivas	357	83,0
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	194	45,1
<i>Descumprimento de direitos</i>	257	59,8
Protesto	91	21,2
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais da metade das greves apresenta reivindicações relacionadas ao pagamento dos pisos salariais (56%); e, em um segundo lugar não muito distante, quase metade (47%) menciona o reajuste

salarial. Outros itens, como as demandas relacionadas ao Plano de Cargos e Salários (23%) e às condições de trabalho (20%) aparecem em proporções menores.

**TABELA 22**  
**Principais reivindicações das greves no funcionalismo público municipal Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (430)	
	nº	%
Piso salarial	241	56,0
Reajuste salarial	204	47,4
PCS – Plano de Cargos e Salários	98	22,8
Condições de trabalho	87	20,2
Melhorias no serviço público	83	19,3
Local de Trabalho	49	11,4
Contratação	47	10,9

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Greves nas empresas estatais

### Greves e horas paradas

Em 2022, o SAG-DIEESE cadastrou 54 greves, que paralisaram por 3.500 horas as atividades nas empresas estatais. Os trabalhadores do setor de serviços deflagraram praticamente dois terços dessas paralisações (65%) – o que, em horas paradas, equivale a um percentual um pouco menor (60%).

**TABELA 23**  
**Greves e horas paradas nas empresas estatais, por setor Brasil, 2022**

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Indústria	19	35,2	1.421	39,8
Serviços	35	64,8	2.148	60,2
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>	<b>3.569</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

### Duração

Nas empresas estatais, metade (50%) das greves encerraram-se no mesmo dia em que foram deflagradas. Entre as mobilizações que mais se alongaram, um quinto (20%) durou mais de 10 dias.

**TABELA 24**  
**Distribuição das greves nas empresas estatais segundo a duração dos movimentos Brasil, 2022**

Dias de paralisação <sup>1</sup>	nº	%	% acum.
1	27	50,0	50,0
2 a 5	7	13,0	63,0
6 a 10	9	16,7	79,6
11 a 20	4	7,4	87,0
21 a 30	3	5,6	92,6
Mais de 31	4	7,4	100,0
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) Dias corridos

## Greves de advertência

Mesmo não abrangendo a maioria das greves, essa tática caracterizou uma parte significativa (39%) dos movimentos dos trabalhadores das empresas estatais.

**TABELA 25**  
**Tática das greves nas empresas estatais Brasil, 2022**

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	21	38,9
Tempo indeterminado	32	59,3
Sem informação	1	1,9
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

## Caráter das greves

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 89% das pautas de reivindicação, relacionados especialmente à manutenção de condições vigentes (80%).

**TABELA 26**  
**Caráter das greves nas empresas estatais Brasil, 2022**

Caráter	Greves (54)	
	nº	%
Propositivas	20	37,0
Defensivas	48	88,9
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	43	79,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	6	11,1
Protesto	11	20,4
Solidariedade	1	1,9

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Reivindicações

Os trabalhadores das estatais reivindicam principalmente o reajuste dos salários – item presente em 39% de suas mobilizações.

Em um segundo lugar mais distante (20%), estão as reivindicações que expressam preocupação com a deterioração das condições de trabalho e com o avanço de projetos de privatização

das empresas.

**TABELA 27**  
**Principais reivindicações das greves nas empresas estatais Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (54)	
	nº	%
Reajuste salarial	21	38,9
Condições de trabalho	11	20,4
Contra governo / privatizações	11	20,4
Assistência médica	8	14,8
Alimentação	7	13,0
Contra demissões	7	13,0
PCS – Plano de Cargos e Salários	7	13,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Formas de resolução dos conflitos

Em 25 registros de greves (46% do total) há informações a respeito dos meios adotados para a resolução dos conflitos. Na maior parte dos casos (76%) houve abertura de negociações – diretas ou mediadas. O poder Judiciário envolveu-se de alguma forma em também 76% das greves.

**TABELA 28**  
**Formas de resolução dos conflitos nas greves das empresas estatais Brasil, 2022**

Formas de resolução	Greves (25)	
	nº	%
Negociação	19	76,0
Intervenção/participação da Justiça <sup>1</sup>	19	76,0
<i>Decisão judicial</i>	14	56,0
<i>Acordo judicial</i>	6	24,0
<i>Sem informação</i>	8	32,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas 25 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

## Resultados das greves

Em 23 registros de greves (43% do total) há informações a respeito do modo como foram

encerradas. Na maioria dos casos (65%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

**TABELA 29**  
**Resultados das greves nas empresas estatais Brasil, 2022**

Resultado	Greves (23)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	15	65,2
<i>Integral</i>	6	26,1
<i>Parcial</i>	9	39,1
Rejeição das reivindicações	3	13,0
Prosseguimento das negociações	6	26,1

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as oito greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

## Greves na esfera privada

### Greves e horas paradas

Em 2022, o SAG-DIEESE registrou 426 greves realizadas pelos trabalhadores da esfera privada, que contabilizaram quase 13 mil horas paradas. As greves ocorridas no setor de serviços corresponderam a 67% dessas mobilizações e a 61% das horas paradas.

**TABELA 30**  
**Greves e horas paradas na esfera privada Brasil, 2022**

Setor	Greves		Horas paradas	
	nº	%	nº	%
Comércio	3	0,7	152	1,2
Indústria	136	31,9	4.838	37,9
Serviços	285	66,9	7.740	60,6
Rural	2	0,5	48	0,4
<b>Total</b>	<b>426</b>	<b>100,0</b>	<b>12.778</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

### Duração

Cerca de 59% das greves promovidas nas empresas privadas foram encerradas no mesmo dia de sua deflagração e apenas 7% alongaram-se por mais de 10 dias.

**TABELA 31**  
**Distribuição das greves na esfera privada por duração**  
**Brasil, 2022**

Dias de paralisação <sup>1</sup>	nº	%	% acum.
1	251	58,9	58,9
2 a 5	115	27,0	85,9
6 a 10	30	7,0	93,0
11 a 20	15	3,5	96,5
21 a 30	7	1,6	98,1
31 a 40	2	0,5	98,6
41 a 50	1	0,2	98,8
51 a 60	2	0,5	99,3
61 a 70	1	0,2	99,5
71 a 80	1	0,2	99,8
Mais de 80	1	0,2	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>426</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE). Nota: (1) dias corridos

## Greves de advertência

Paralisações de advertência constituíram 29% do total desses movimentos. Na esfera privada as greves por tempo indeterminado foram predominantes (67%).

**TABELA 32**  
**Tática das greves na esfera privada Brasil, 2022**

Tática	Greves	
	nº	%
Advertência	123	28,9
Tempo indeterminado	285	66,9
Sem informação	18	4,2
<b>Total</b>	<b>426</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

## Abrangência

Na esfera privada, 88% das greves foram organizadas no âmbito de empresas.

**TABELA 33**  
**Abrangência das greves na esfera privada Brasil, 2022**

Abrangência	Greves	
	nº	%
Categoria	53	12,4
Empresa/unidade	373	87,6
<b>Total</b>	<b>426</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

## Caráter das greves

Na pauta reivindicatória de 83% das greves estiveram presentes itens de caráter defensivo, com predominância de pleitos relativos ao descumprimento de direitos (60%).

**TABELA 34**  
**Caráter das greves na esfera privada Brasil, 2022**

Caráter	Greves (426)	
	nº	%
Propositivas	142	33,3
Defensivas	355	83,3
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	164	38,5
<i>Descumprimento de direitos</i>	254	59,6
Protesto	7	1,6
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Reivindicações

A exigência de regularização de valores em atraso (salários, 13º, férias) compôs a pauta da maioria (45%) das mobilizações.

Itens relativos à alimentação (tíquete, cesta básica) vieram a seguir (36%) e o reajuste salarial ocupou o terceiro lugar de importância (28%) entre as principais reivindicações.

**TABELA 35**  
**Principais reivindicações das greves na esfera privada Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (426)	
	nº	%
Pagamento de salário / 13º / férias em atraso	194	45,5
Alimentação	152	35,7
Reajuste salarial	120	28,2
Depósito de FGTS	48	11,3
PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados	46	10,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas reivindicações

## Formas de resolução dos conflitos

Em 165 registros de greves (39% do total) há informações a respeito dos meios adotados para a resolução dos conflitos. Em uma expressiva maioria de casos (94%) houve abertura de negociações – diretas ou mediadas; em menos de um terço (29%) houve algum tipo de envolvimento do poder Judiciário.

**TABELA 36**  
**Formas de resolução dos conflitos nas greves da esfera privada Brasil, 2022**

Formas de resolução	Greves (165)	
	nº	%
Negociação	155	93,9
Intervenção/participação da Justiça <sup>1</sup>	48	29,1
<i>Decisão judicial</i>	30	18,2
<i>Acordo judicial</i>	16	9,7
<i>Sem informação</i>	12	7,3

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE).

Nota: (1) A soma dos subitens pode ser superior ao total de "intervenção/participação da Justiça", dado que, em uma mesma greve, o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 165 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

## Resultados das greves

Em 146 registros de greves (34% do total) há informações a respeito do modo como foram encerradas. Com grande frequência (85%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

**TABELA 37**  
**Resultados das greves nas empresas privadas Brasil, 2022**

Resultado	Greves (146)	
	nº	%
Atendimento das reivindicações	124	84,9
<i>Integral</i>	42	28,8
<i>Parcial</i>	82	56,2
Rejeição das reivindicações	4	2,7
Prosseguimento das negociações	31	21,2

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: a) Foram consideradas apenas as 146 greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um resultado

## Análises setoriais das greves na esfera privada

### Indústria privada

Das 136 greves apuradas na indústria privada, 80 (59%) ocorreram na região Sudeste. No Sul foram deflagradas 21 paralisações (15%); no Nordeste, 19 (14%); no Centro-Oeste, 13 (10%) e na Região Norte, duas (1%). Uma greve teve abrangência multirregional.

A maioria dos movimentos (60, ou 44%) foi realizada por metalúrgicos. Os trabalhadores da construção promoveram 38 greves (28%).

Itens defensivos estiveram presentes na pauta de grande parte das mobilizações (82%) e relacionam-se quase que por igual tanto com a exigência da manutenção de condições vigentes (49%) quanto com a denúncia do descumprimento de direitos (47%).

**TABELA 38**  
**Caráter das greves na indústria privada Brasil, 2022**

Caráter	Greves (136)	
	nº	%
Propositivas	65	47,8
Defensivas	109	80,1
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	67	49,3
<i>Descumprimento de direitos</i>	64	47,1
Protesto	0	0
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Demandas relativas à alimentação constituíram a principal reivindicação das greves da

indústria privada (42%).

Itens relacionados ao reajuste dos salários e à regularização de pagamentos em atraso (salários, 13º, férias) estiveram, cada um, presentes em quase um terço das mobilizações (32%).

**TABELA 39**  
**Principais reivindicações das greves na indústria privada Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (136)	
	nº	%
Alimentação	57	41,9
Reajuste salarial	44	32,4
Pagamento de salário / 13º / férias em atraso	44	32,4
PLR – Participação nos Lucros e/ou Resultados	33	24,3
Depósito de FGTS	20	14,7
Assistência médica	16	11,8

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Serviços privados

Do total de 285 greves contabilizadas nos serviços privados, 123 (43%) ocorreram na região Sudeste. No Nordeste, foram realizadas 80 paralisações (28%). No Sul, 32 (11%); no Norte, 24 (8%); e no Centro-Oeste, 18 (6,3%). Cinco greves tiveram abrangência nacional e três, multirregional.

Trabalhadores dos transportes deflagraram 150 greves (53%) e os do turismo e hospitalidade – categoria que envolve, em grande parte, empregados em atividades de asseio e conservação, recepção e serviços gerais – realizaram 61 paralisações (21%). Na saúde ocorreram 27 greves (9%).

Itens de caráter defensivo estiveram presentes em 85% das mobilizações (Tabela 40), com preponderância das reivindicações contra o descumprimento de direitos (66%).

**TABELA 40**  
**Caráter das greves nos serviços privados Brasil, 2022**

Caráter	Greves (285)	
	nº	%
Propositivas	74	26,0
Defensivas	241	84,6
<i>Manutenção de condições vigentes</i>	93	32,6
<i>Descumprimento de direitos</i>	187	65,6
Protesto	7	2,5
Solidariedade	0	0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Mais da metade das mobilizações (52%) trouxe em sua pauta a exigência da regularização de valores em atraso (salário, 13º, férias).

Itens relacionados à alimentação ocuparam o segundo lugar de importância, presentes em um terço das pautas (33%); seguidos pela demanda por reajuste salarial, que esteve presente em um quarto das pautas (26%).

**TABELA 41**  
**Principais reivindicações das greves nos serviços privados Brasil, 2022**

Reivindicação	Greves (285)	
	nº	%
Pagamento de salários / 13º / férias em atraso	149	52,3
Alimentação	94	33,0
Reajuste salarial	73	25,6
Depósito de FGTS	27	9,5

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

## Considerações finais

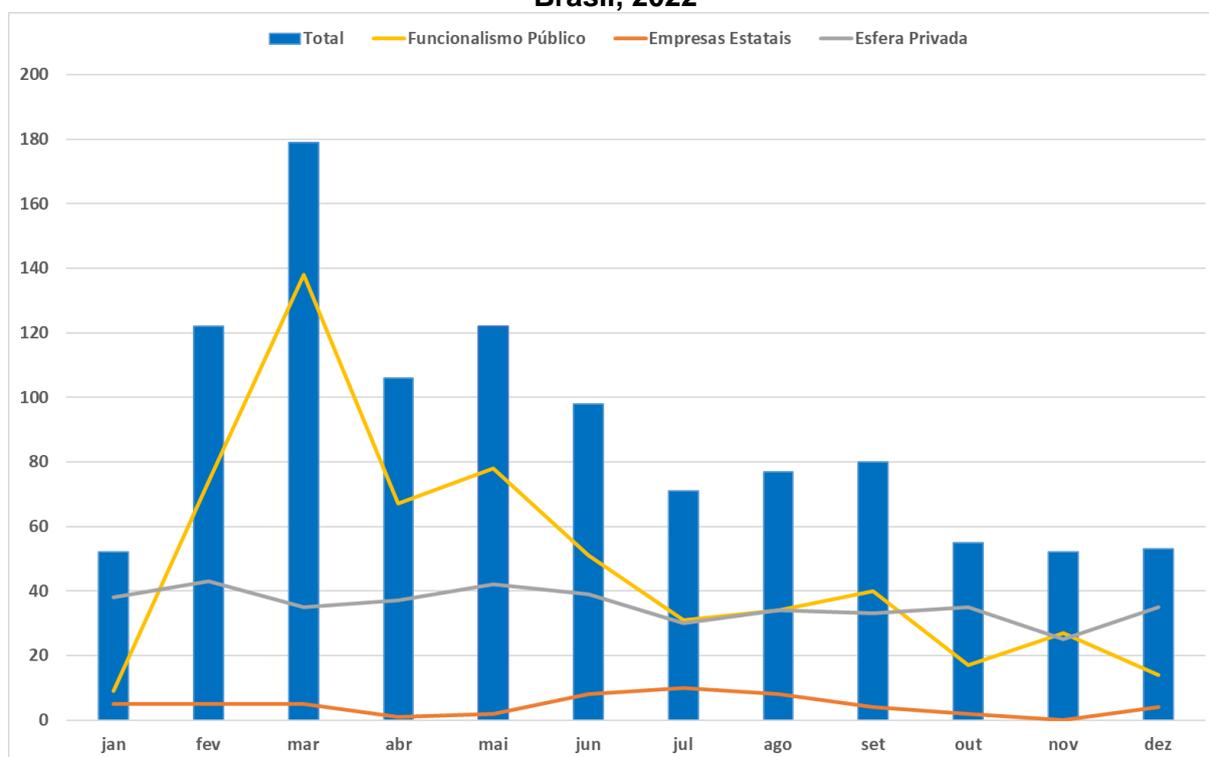
### Evolução mensal das greves

O ano de 2022 iniciou-se, em seu primeiro trimestre, com um enorme aumento no ritmo de greves deflagradas: de 52 em janeiro, passando por 122 em fevereiro, até chegar a 179 em março (Gráfico 1).

No entanto, a dinâmica das greves, nos nove meses que vieram depois, seguiu contrária. Houve, em primeiro lugar, uma desaceleração no ritmo da deflagração das mobilizações: de 106, em abril, a 53, em dezembro. Além disso, não se tratava mais de um deslocamento curto e resolutivo, como no início do ano, mas de um declínio longo e oscilante.

Vista através da desagregação dos números por categoria, parece haver uma forte correlação entre o desenho do conjunto e a movimentação das greves no funcionalismo público.

**Gráfico 1**  
**Número de greves por mês**  
**Brasil, 2022**



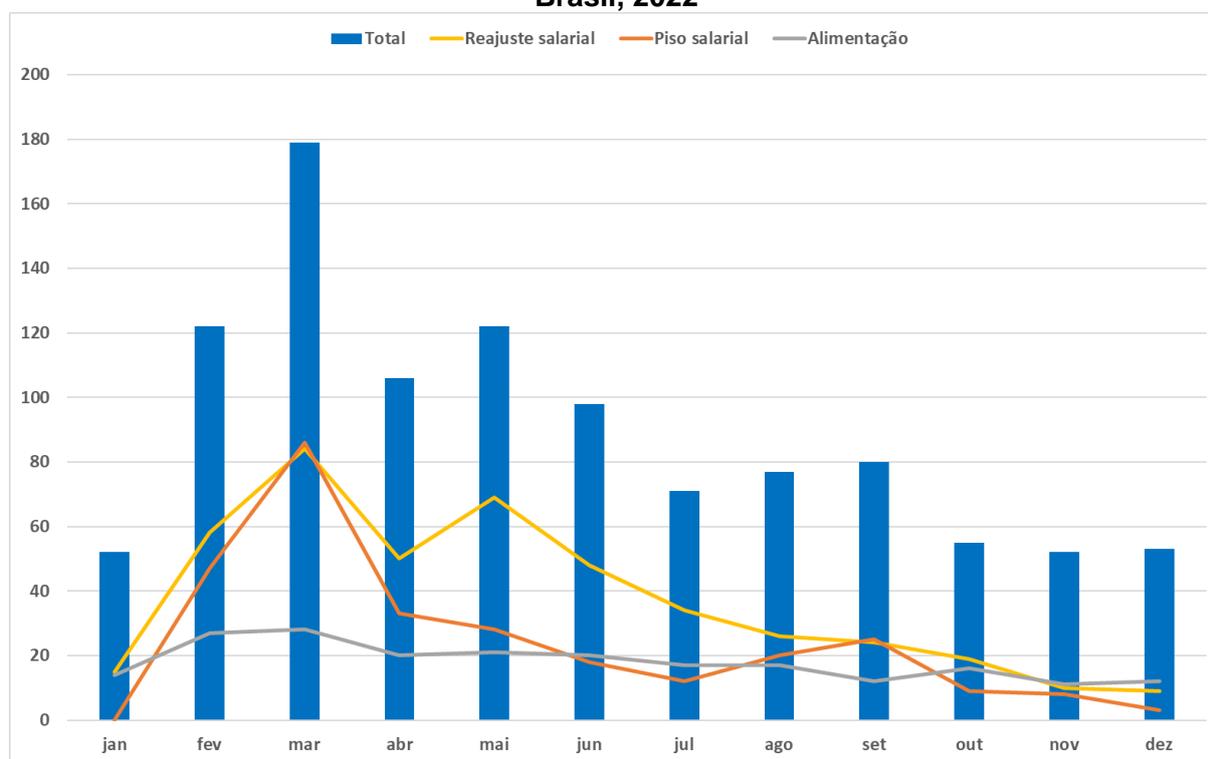
Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Projetadas sobre os números totais das greves, as questões remuneratórias – *reajuste nos salários e pagamento do piso*, em especial – também contribuíram, de sua parte, na conformação

desse desenho conjunto (Gráfico 2).

De janeiro a março, o crescimento rápido e simultâneo desses dois itens se destaca na pauta das mobilizações. O resto do ano, contrariamente, registra uma inversão nas frequências, que de ascendentes passam a declinantes (de modo também longo e oscilante), além do distanciamento entre os dois itens – com a reivindicação por reajuste salarial tornando-se preponderante sobre o pagamento do piso (exceto em setembro).

**Gráfico 2**  
**Principais reivindicações das greves por mês**  
**Brasil, 2022**



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Sobrepostas agora as duas apreciações – greves por categoria de trabalhadores e greves por reivindicações mais importantes – seus paralelismos são realçados e, assim, é possível vislumbrar uma importante movimentação ocorrida principalmente na primeira metade de 2022: as greves dos profissionais da educação básica pelo pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional.

Segundo a Portaria do Ministério da Educação nº 67, divulgada em fevereiro de 2022, nenhum professor da rede básica pública poderia receber, por uma jornada de 40 horas, um valor inferior a R\$ 3.845,63. Esse montante significou um aumento, em relação ao ano de 2021 (ano em que o piso ficou congelado, aliás), de 33,24%.

Em especial nos governos municipais, relutantes em aceitar a legalidade do reajuste, não apenas os docentes, mas, por vezes, todos os profissionais da educação paralisaram suas atividades

reivindicando o pagamento do piso.

Há ainda mais: com frequência, a reivindicação pelo pagamento do piso atuou como um disparador, fomentando mobilizações também em torno de outras reivindicações. Em especial, questões relacionadas ao *reajuste com reposição inflacionária* (principalmente entre os profissionais não docentes da educação), mas também questões relacionadas ao *Plano de Cargos, Carreiras e Salários*, já que muitos municípios, onde o PCCR estava estabelecido em Lei, apenas aplicaram o reajuste de 33,24% na base, sem fazer as correções devidas nos degraus superiores.

Em muitas ocasiões, esses dois itens estiveram na mesma pauta que o reajuste do piso, constituindo uma única mobilização.

Mas em muitas outras, chegaram a motivar, por si sós, a deflagração de mais mobilizações, fazendo com que o impulso grevista não tenha sido detido em seu primeiro momento, motivado pela exigência de pagamento do piso docente, mas, pelo contrário, tenha prosseguido – espalhando-se inclusive por categorias profissionais distintas daquelas da educação – exigindo reposição da inflação e cumprimento do PCCR.

Outro impulso no aumento do número de greves entre os profissionais da administração pública deve ser destacado. Em relação ao funcionalismo público federal, em especial, o aumento das mobilizações deveu-se, em grande parte, à espantosa inabilidade dos poderes nas discussões do Orçamento de 2022.

De início, em dezembro de 2021, o Congresso Nacional aprova um projeto de lei do Orçamento de 2022 com uma previsão de R\$ 1,74 bilhão destinado ao reajuste salarial *apenas* dos profissionais da segurança pública, em detrimento de outras categorias.

Em janeiro, em meio às análises de possíveis vetos ao documento recebido do Legislativo, o Planalto – de forma inacreditavelmente alheia às manifestações de repúdio que lhe eram dirigidas – anuncia, em sua peculiar sintaxe, a intenção de manter o reajuste salarial *apenas* para os policiais.

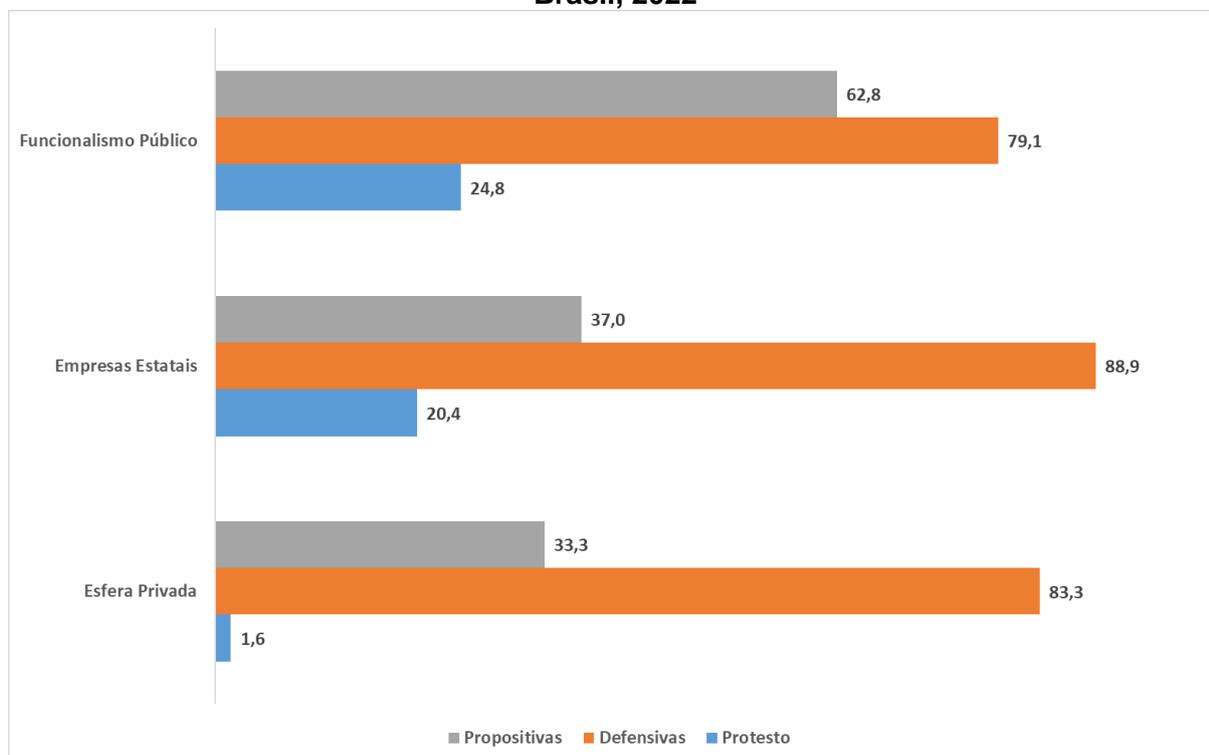
A reação dos funcionários públicos federais não precisa ser repetida aqui. Já foi abordada acima, em detalhes, no capítulo *Análises setoriais das greves no funcionalismo público*, no item que aborda o nível federal dessas mobilizações.

## **Funcionalismo público, empresas estatais e esfera privada: a pauta das greves**

Dispostas em uma gradação (Gráfico 3), verifica-se que a pauta das greves dos trabalhadores

da esfera privada foi a mais simples: basicamente defensiva (83%), o caráter propositivo aí se encontra em sua menor participação (33%).

**Gráfico 3**  
**Caráter das greves (em %)**  
**Brasil, 2022**

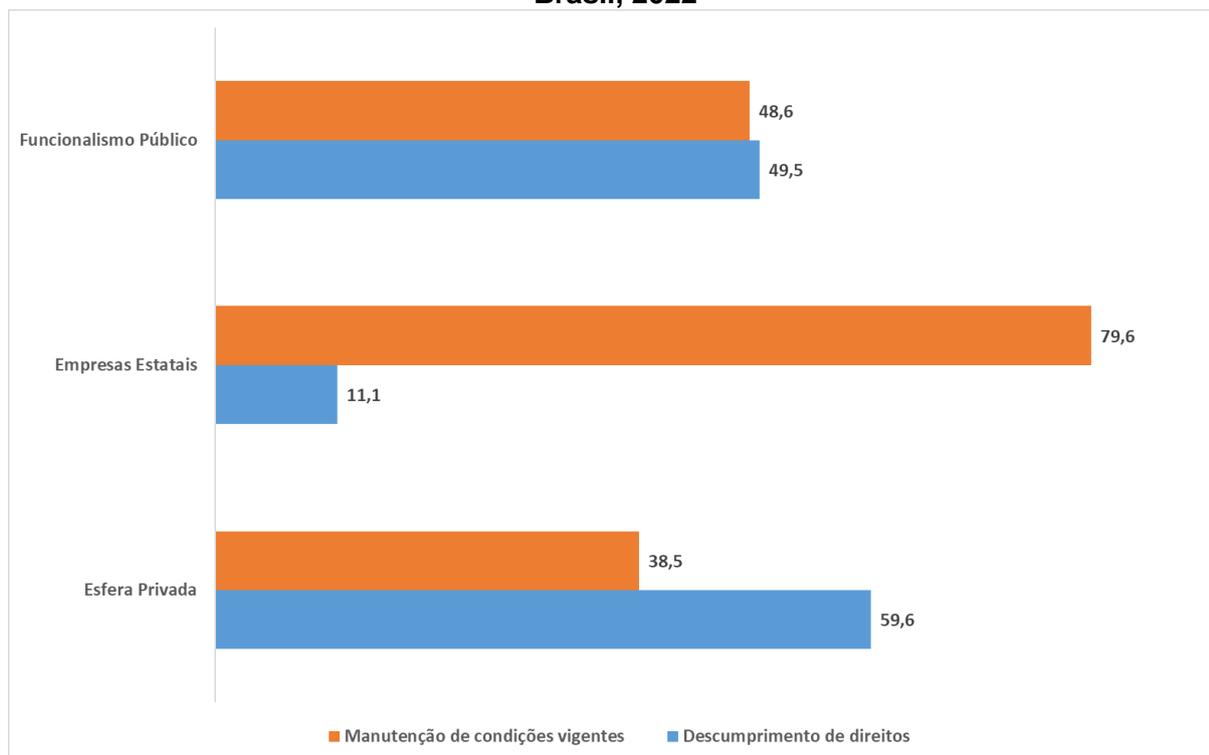


Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

No outro extremo, a pauta das greves dos funcionários públicos foi a mais complexa. Tão defensiva quanto a dos trabalhadores da esfera privada (79%), quase dois terços das greves desses trabalhadores trouxe também itens propositivos (63%) e um quarto delas, itens de protesto (25%).

Em relação ao caráter dos *itens propriamente defensivos*, as três categorias de trabalhadores apresentam variações distintas umas das outras (Gráfico 4).

**Gráfico 4**  
**Tipos de greves defensivas (em %)**  
**Brasil, 2022**



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Nas empresas estatais há uma enorme predominância das greves *contra a degradação das condições vigentes de trabalho* (80%) – o que se explica pela reação dos sindicatos à pressão exercida pelas direções das empresas, durante as datas-bases, pela retirada (ou rebaixamento) de cláusulas como alimentação, auxílio-creche, plano de saúde, entre outras.

Na pauta grevista dos funcionalismo público, por sua vez, a participação dos itens *contra a degradação das condições vigentes* é praticamente a mesma daquela relacionada às *denúncias contra o descumprimento de direitos* – cada uma próxima a 50%.

As circunstâncias em que atuam os funcionários públicos, principalmente aqueles da saúde e educação, explicam, com folga, a importância das *queixas relativas às condições de trabalho* – com frequência desempenham suas atividades em unidades que necessitam de reparos urgentes, sem o fornecimento regular de material de trabalho e sujeitos, ainda, à situações de violência e assédio moral.

De outro lado, o *descumprimento de direitos* refere-se, basicamente, como visto acima, à resistência de governos em pagar o reajuste do piso nacional dos docentes.

Por fim, na esfera privada, predominam as greves *contra o descumprimento de direitos* – o que pode ser explicado, basicamente, pelo atraso no pagamento dos vencimentos (salários, 13º, férias) e pelas irregularidades no repasse do FGTS e no pagamento das verbas rescisórias aos funcionários

demitidos.

Neste ponto, as empresas detentoras de concessões públicas para a atuação no transporte rodoviário urbano despontam como grandes infratoras.

Em uma situação que perdura desde 2020, com o início da pandemia e as recomendações sanitárias de confinamento doméstico, essas empresas alegam, como justificativa aos descumprimentos, uma grande perda de receita com a diminuição de passageiros em circulação. Nas negociações com o poder público, atuaram pressionando pela revisão dos contratos de concessão do serviço ou mesmo pelo pagamento, em caráter de urgência, de valores extracontratuais.

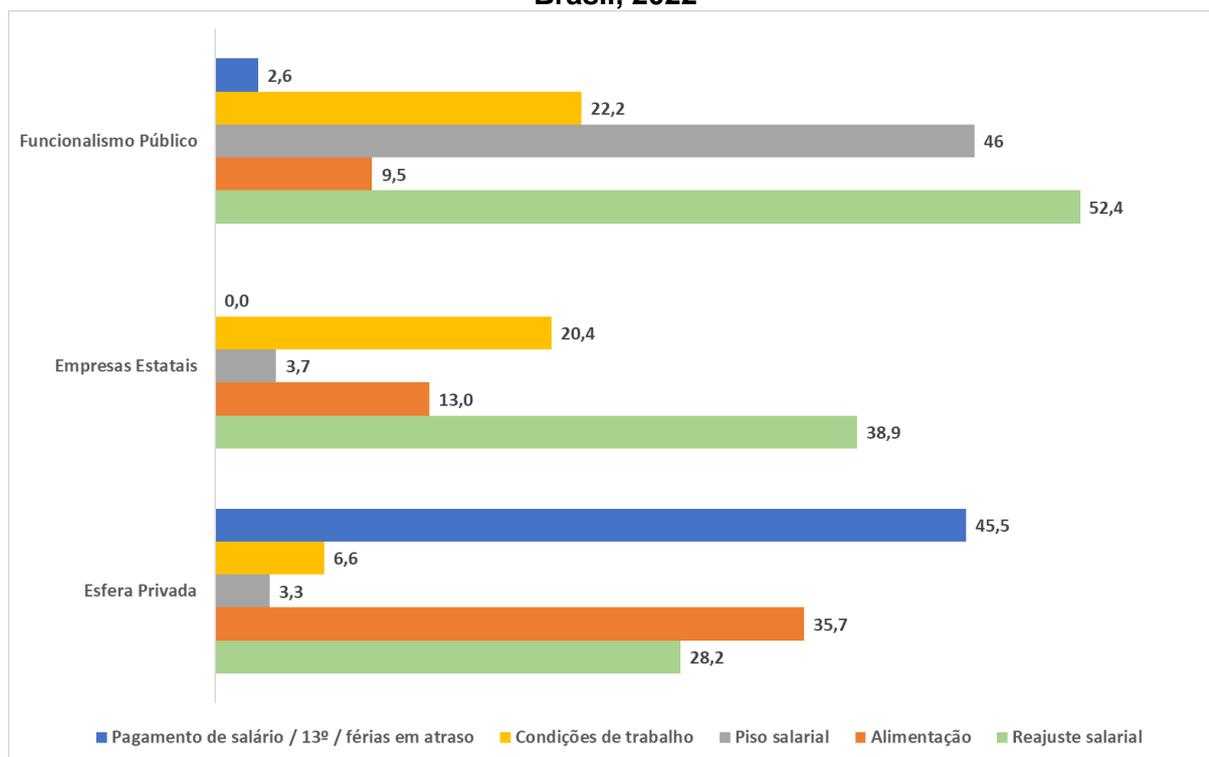
A partir do ano seguinte, em 2021 – principalmente após o relaxamento das restrições à circulação – as greves dos rodoviários do transportes urbano iniciaram movimento declinante (bastante lento, é verdade).

Para além das negociações com o poder público – em geral bem sucedidas para as empresas, que contam a seu favor com um poder próximo do oligopolístico – a crise no transporte urbano vem sendo administrada de formas diversas. Em muitas localidades o número de linhas e veículos foi reduzido. Além disso, de forma infelizmente recorrente, a questão do atraso no pagamento de vencimentos acabou, através do desenrolar das “medidas de ajuste”, sendo convertida em desemprego.

Em relação à diversidade dos itens de reivindicação que compõem a pauta da cada categoria, eles tornam-se visíveis quando dispostos lado a lado (Gráfico 5).

No funcionalismo público, a demanda por reajuste salarial é dominante (54%) – o que não chega a ser surpreendente, já que esse item, do mesmo modo, tem importância em outras categorias: ocupa também o lugar de maior frequência nas empresas estatais (39%) e o terceiro lugar na esfera privada (28%). Por outro lado, a questão do pagamento dos pisos salariais, que ocupa um importante segundo lugar na pauta do funcionalismo público (46%), não se repete na mesma intensidade em nenhuma das outras categorias de trabalhadores.

**Gráfico 5**  
**Principais reivindicações (em %)**  
**Brasil, 2022**



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

Na esfera privada, a reivindicação pela regularização dos vencimentos (salários, 13º e férias) tem uma impressionante participação de 45% na pauta grevista. Essa demanda está ausente entre os trabalhadores das empresas estatais e, no funcionalismo, foi mencionada em apenas 3% das greves. Também característica da esfera privada é a importância atribuída às demandas relativas à alimentação (36%). Esse item está também presente nas outras categorias, mas de maneira bem mais relativizada: em 13% dos itens da pauta dos trabalhadores das estatais e em 9% dos itens da pauta dos funcionários públicos.

Por fim, o protesto por melhores condições de trabalho (ou contra a sua deterioração) costuma estar em destaque na pauta grevista tanto dos trabalhadores das empresas estatais, onde foi o segundo item de maior importância, quanto na pauta dos funcionários públicos, onde foi terceiro item de maior importância.

## As greves ao longo dos anos

Na análise das greves de 2022, a simples comparação com os dados do ano anterior não parece ser suficiente – isso porque o exame dos gráficos 6 e 7 sugere, na verdade, que o conjunto de relações

mais relevantes pode ser aquele que se desenvolve no período maior entre 2019 e 2022.

Os anos 2020 e 2021 possuem algo de um intervalo. Tanto que o quadro de greves de 2022 parece encaixar-se melhor no ano de 2019 que no ano imediatamente anterior a ele.

Esse intervalo, grosso modo, coincide com a evolução dos eventos relacionados à Covid-19. Sua caracterização como pandemia, em março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde. A recomendação, de imediato, de recolhimento doméstico e, ao longo do ano, a implementação/gestão de medidas de restrição de horários e de atividades. O início, em janeiro de 2021, da vacinação em massa e, nos meses seguintes, a retomada vacilante das agora denominadas “atividades presenciais”.

De 2019 a 2020, ano de início da pandemia, a participação de greves deflagradas por funcionários públicos caiu 63%. Diversamente inseridas na nova situação, as duas grandes categorias do serviço público – profissionais da educação e da enfermagem – passaram a ter em comum o fato de que não estava mais em suas mãos a possibilidade de suspender suas atividades.

De um lado, com os estabelecimentos de ensino fechados, a comunidade escolar tentava, com muito desgaste e muita dificuldade, adaptar-se à estranha rotina de “atividades remotas”. Não havia mais escola que pudesse ser parada em reivindicação de alguma coisa.

De outro, em hospitais carentes de leitos, insumos, instrumentos e profissionais, equipes de trabalho exauridas tentavam conter a letalidade do vírus. Convivendo há longo tempo com más condições de trabalho e irregularidades trabalhistas, também não havia, entre profissionais de enfermagem, possibilidade de sequer cogitar a realização de um protesto.

No último bimestre de 2021, porém, a situação tornava-se diversa: o número de mortes parecia ter diminuído de forma consistente (haveria mais um último momento de aumento/declínio da letalidade, no primeiro trimestre de 2022). De 2021 a 2022, a participação de greves deflagradas por funcionários públicos aumentou 196%.

O retorno à greve pelos funcionários públicos em 2022 bem poderia ser descrito como um reatamento à uma condição anterior que – durante dois anos de tumultos lastimáveis, gestões incapazes e, sobretudo, mortes – havia sido momentaneamente suspensa. E, no entanto, isso seria uma verdade apenas parcial. *A flexibilização forçada que a pandemia inaugurou/acentuou em muitas organizações passaria a ser utilizada sistematicamente como um meio eficaz de precarização do trabalho, cujas possibilidades, é verdade, já estavam dadas antes de 2019, mas que não haviam sido testadas em tal amplitude.*

O caso do Santander é exemplar nesse sentido. Segundo denúncia dos próprios sindicatos,

funcionários diretos estão sendo transferidos em número cada vez maior para empresas prestadoras de serviço que, mesmo sob a administração do banco, não assinam a Convenção Coletiva dos Bancários. Terceirizados à força, estão, dessa forma, sujeitos a uma grande perda de direitos.

Ao mesmo tempo, nas ruas das grandes cidades, conforme tornava-se cada vez mais claro o fato de que o confinamento doméstico não seria coisa de algumas semanas, crescia enormemente o número de trabalhadores em serviços de entrega de produtos. Coordenados por empresas cuja única abertura comunicativa é a interface de um aplicativo de telefone celular, são trabalhadores de fato que, no entanto, encontram-se totalmente descobertos em relação à legislação trabalhista.

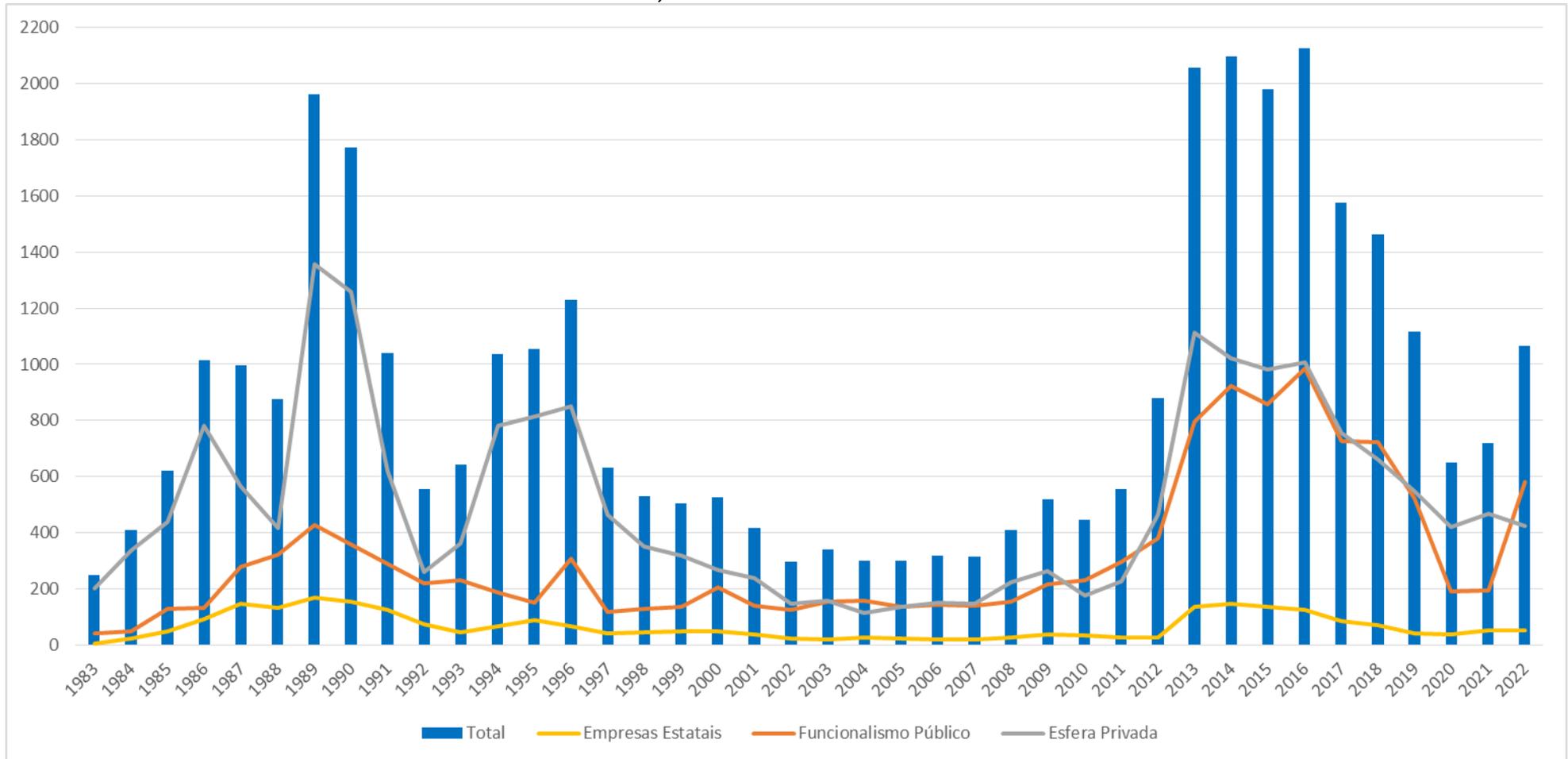
E como que, de fundo, dando o tom do concerto, nos meios de comunicação e redes sociais, o discurso em louvor da “atitude empreendedora” assume uma dimensão extraordinária: *empreendedores – isto é, pessoas que conduzem a si mesmas como empresas, ressaltando o caráter concorrencial em seu comportamento – são indivíduos que estão à altura dos desafios de seu tempo e não fracassam diante das dificuldades*. E o que esse discurso diz, em negativo, é que os indivíduos tragados pela crise são sim, eles mesmos, responsáveis pelos erros e falhas que o levaram a essa situação.

Os exemplos do que se poderia chamar de um *assalto oportunista de precarização* poderiam ser enumerados indefinidamente – inclusive na velocidade com que projetos de privatização de empresas estatais passaram a vir a lume. De modo casual é possível mencionar desde o caso da Proguaru, empresa que atuava na limpeza e em serviços gerais no município de Guarulhos, na Grande São Paulo, extinta em 2021, até a recente privatização do Metro de Belo Horizonte, ocorrida no último mês de dezembro.

Ocorre como se *precisamente* nas condições de turbulências dos anos recentes – das quais não se poderia dizer que a pandemia da Covid-19 tenha sido um fator causal menor – houvesse sido descoberta uma ocasião oportuna *para a realização de um experimento de aplicação, em larga escala, de certa profilaxia econômica (terceirizações, vínculos precários, privatizações – e mesmo a chamada Reforma Administrativa)* alardeada como simples bom-senso pelos discursos hegemônicos, mas que, do ponto de vista dos trabalhadores – em especial dos direitos que asseguram a sua condição – é inteiramente destrutiva.

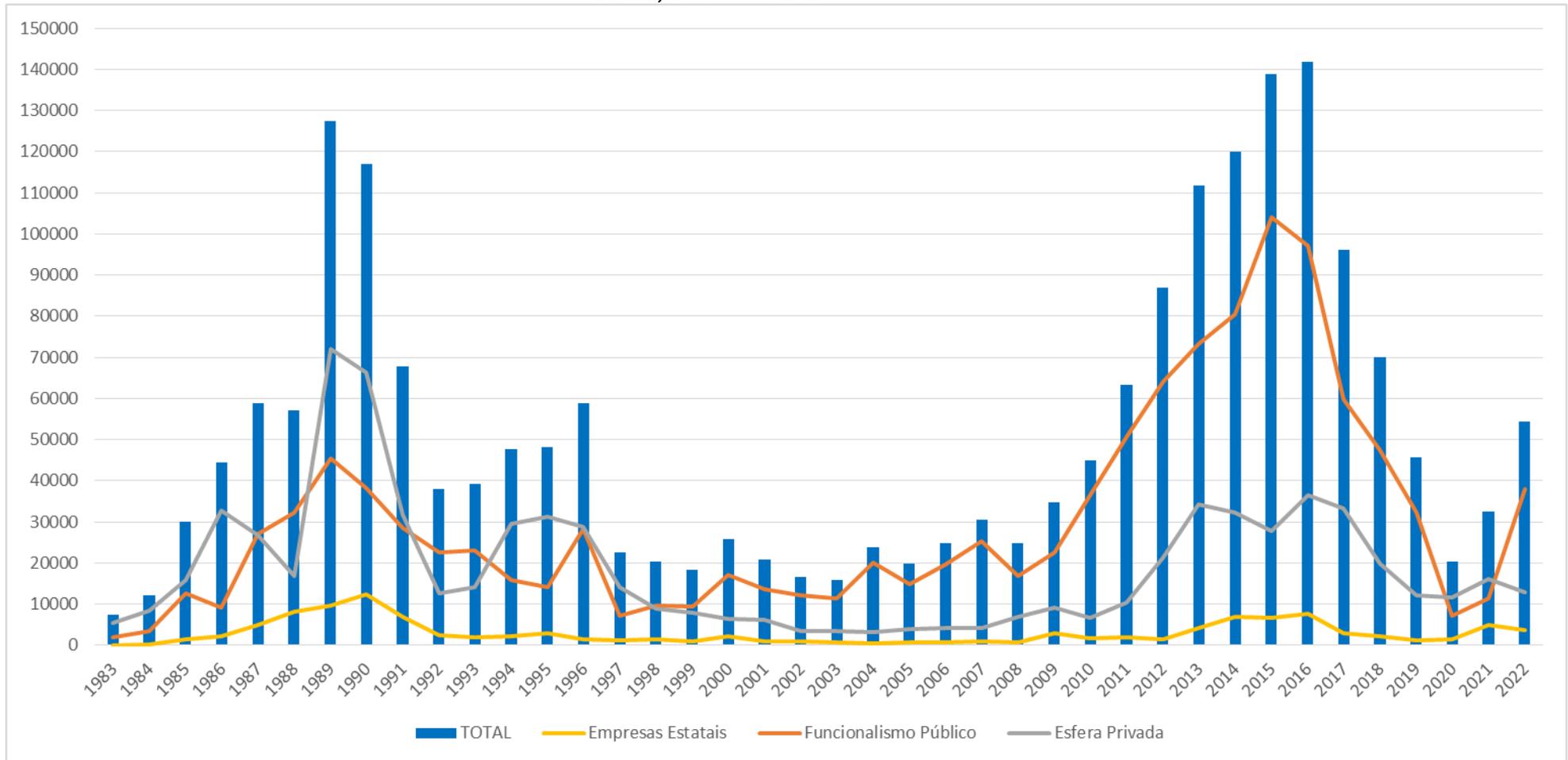
É este o ponto de partida dos protestos dos trabalhadores que, em 2023, serão postos em movimento.

**Gráfico 6 Número de greves  
Brasil, de 1983 a 2022**



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

**Gráfico 7 Número de horas paradas  
Brasil, de 1983 a 2020**



Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE)

**Escritório Nacional:** Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)  
[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

### **Direção Executiva**

**Presidente** - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo** – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretora Executiva** - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva** - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva** - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretor Executivo** - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

**Diretora Executiva** - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Diretor Executivo** – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

### **Direção Técnica**

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

### **Equipe técnica**

Rodrigo Linhares

Luís Augusto Ribeiro da Costa (revisão)